

## As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa\*

Luiz Werneck Vianna  
Maria Alice Rezende de Carvalho  
Manuel Palacios Cunha Melo

*A José Murilo de Carvalho, pelo estímulo  
à nossa pesquisa sobre as Ciências Sociais.*

### Introdução

Este texto foi concebido no âmbito do Laboratório de Sociologia dos Intelectuais e Institucionalização da Ciência, do Iuperj, a partir de um programa de pesquisas iniciado em 1992 sobre o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e sobre os efeitos desse processo na formação, na atuação profissional e na forma de inscrição pública do cientista social. A pesquisa de campo teve curso ao longo dos anos de 1992 e 1993, compreendendo estudantes de graduação, de pós-graduação e professores de 15 instituições de ensino, localizadas em nove cidades brasileiras — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — PUC-

Rio, Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro — UFRRJ, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — Iuperj, Fundação Educacional Unificada Campograndense (RJ) — FEUC, Universidade Federal Fluminense — UFF, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-São Paulo, Universidade de São Paulo — USP, Universidade Estadual de Campinas — Unicamp, Universidade do Estado de São Paulo (Campus Araraquara), Unesp-Araraquara, Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG, Universidade de Brasília — UnB, Universidade Federal do

\* A elaboração deste artigo não teria sido possível sem a colaboração de inúmeras pessoas que, ocupando posições de relevo nas agências de fomento, interromperam suas atividades para atender às nossas solicitações. A todos os funcionários e dirigentes da Capes, do CNPq e da FAPESP, que atenciosamente nos receberam, queremos manifestar nosso agradecimento. Em particular, registramos a inestimável colaboração da Profa. Delzuita Maria Brito Lima, chefe da Divisão de Organização e Tratamento da Informação da Capes, que nos facultou o acesso a todos os dados disponíveis sobre os cursos de pós-graduação em Ciências Sociais. Também somos gratos à Profa. Tereza Rocha, chefe da Divisão de Bolsas e Auxílios no Exterior, e à Profa. Zena Martins, chefe da Divisão de Apoio Setorial, que gentilmente concederam informações sobre os bolsistas da Capes no Brasil e no exterior. Por fim, Catarina Glória A. Neves, da Assessoria de Comunicação e Documentação, colocou à nossa disposição todo o material estatístico relativo à atividade da Capes durante os últimos anos. No CNPq, fomos carinhosamente recebidos pela Profa. Maria Lucia Vilhena, coordenadora de Ciências Sociais e Educação, que nos forneceu detalhadas informações a respeito das atividades da agência em nossa área de trabalho. Na FAPESP, somos gratos a Edgar Alves pela atenção com que fomos recebidos e a Hermas Franco, coordenador de sistemas, que interrompeu seu atarefado cotidiano para solicitar aos computadores a expedição, em tempo recorde, dos relatórios de que necessitávamos. O Iuperj, por meio do seu antigo diretor, Prof. Renato Boschi, e do seu diretor atual, Prof. Renato Lessa, muito especialmente nas gestões da Diretoria de Pesquisa dos Profs. Edmundo Campos, Neuma Aguiar e da atual diretora Maria Regina Soares de Lima, tem dado seguro apoio institucional à pesquisa que desenvolvemos sobre as Ciências Sociais no Brasil. Ainda no âmbito do Iuperj, não podemos deixar de registrar nosso agradecimento ao Prof. Charles Pessanha, editor-científico do *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB* e de *Dados - Revista de Ciências Sociais*, que sempre nos animou para que convertêssemos relatórios de pesquisa em material para publicação. Cabe também mencionar o apoio da Finep e do CNPq, que vêm financiando, com aportes de recursos e a concessão de bolsas a alguns pesquisadores, a investigação em curso, sem o que ela não seria possível. Desejamos, ainda, expressar nosso débito para com Paulo César Navarro, responsável pela digitação dos dados.

Rio Grande do Sul — UFRGS, Universidade Federal de Pernambuco — UFPE. Os primeiros resultados produzidos dizem respeito ao perfil do estudante de graduação em Ciências Sociais e foram publicados em 1994 sob o título "Cientistas Sociais e Vida Pública — O Estudante de Graduação em Ciências Sociais" (Werneck Vianna, Carvalho e Melo, 1994).

Na fase atual de desenvolvimento do programa, quando estão sendo tabulados os dados relativos aos estudantes de pós-graduação, considerou-se oportuna a divulgação de várias informações concernentes ao sistema nacional de ensino e pesquisa em Ciências Sociais que não são, em geral, do conhecimento da maioria dos profissionais da área. Nesse sentido, o presente texto traduz a intenção de fornecer à comunidade interessada e aos tomadores de decisão algo próximo a um balanço das Ciências Sociais no país, tendo como modelo a avaliação empreendida pelo físico Sérgio Rezende (1993) do seu campo disciplinar. Seu principal objetivo, portanto, não é o inventário minucioso das características e dos problemas atuais do sistema, mas a produção de um mapa de alternativas políticas a ser enfrentadas pelos cientistas sociais em face dos novos tempos, as quais poderão incluir desde alterações nas grades curriculares dos cursos de graduação e de pós-graduação, até a fixação de políticas explícitas de recrutamento e de socialização profissional, num óbvio movimento de auto-avaliação e de redefinição do quadro institucional contemporâneo.

As informações referidas neste texto foram obtidas em 1994-95, junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério de Educação e Cultura (MEC), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), agências onde sabidamente se concentra o principal da pesquisa e do ensino pós-graduado no país. São informações que permitem dimensionar a comunidade

nas três disciplinas que a compõem — Sociologia, Ciência Política e Antropologia —, além de fornecerem um panorama da titulação dos cientistas sociais, da sua atividade em pesquisa, das linhas temáticas que lhes são preferenciais, das características regionais do sistema e, afinal, dos investimentos públicos destinados às Ciências Sociais brasileiras. Optou-se, ademais, pela simples apresentação do material coligido, sem o levantamento da literatura existente no país sobre o tema e sem o concurso de uma bibliografia internacional comparada.<sup>1</sup>

A principal conclusão que se pode extrair das informações trazidas agora a público refere-se à baixa institucionalização da atividade de pesquisa na área de Ciências Sociais, o que torna o sistema fortemente comprometido com a idéia de ensino e mercado por uma estratégia de expansão limitada à Universidade. Sem desconhecer os efeitos contemporâneos das decisões que, no passado, orientaram a institucionalização das Ciências Sociais no país, e que resultaram na bem-sucedida implantação nacional dos cursos de graduação e de pós-graduação em um curto período de tempo, estima-se que, hoje, a opção por formar quadros qualificados para a reprodução do sistema universitário tenha encontrado o seu limite. Serão, brevemente, cerca de cem doutores em Ciências Sociais a se titularem anualmente, buscando inscrição profissional em um sistema de ensino onde predominam as universidades públicas federais que já possuem programas de pós-graduação e que, portanto, poderão incorporar apenas marginalmente os recém-titulados. A oportunidade desta publicação deriva, por isso, de uma percepção dos limites estruturais do atual formato institucional do sistema nacional de ensino e pesquisa em Ciências Sociais.

As informações que serviram a esse diagnóstico são as que comparecem aqui, dispostas em três seções. A primeira seção tem a finalidade de apresentar um breve histórico das Ciências Sociais no Brasil, desde o seu nascimento, às vésperas da ditadura estadonovista, até o momento forte da sua ins-

titucionalização, entre as décadas de 1960 e 1980, em plena vigência da ditadura militar. Visa-se, com isso, apresentar as vicissitudes de uma área de conhecimentos que, embora vocacionada para a intervenção social, conheceu, no Brasil, uma trajetória distinta, construída a partir de estratégias que se demonstraram eficazes em um contexto de supressão das liberdades mas que, hoje, precisam ser revistas.

A segunda seção, dedicada ao sistema nacional de ensino pós-graduado, apresenta alguns dados referentes à expansão da rede de instituições responsáveis pela formação de mestres e doutores em todo o país. Discute-se, ali, o desempenho atual do sistema e as políticas públicas que o informam.

A última seção apresenta uma avaliação da atividade de pesquisa entre os cientistas sociais, para o que concorreram os dados extraídos do recente *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil*, elaborado pelo CNPq. Os principais aspectos abordados nessa seção referem-se à heterogeneidade dos grupos de pesquisa em atividade no país, à ausência de critérios para o investimento em pesquisa na área de Ciências Sociais e ao caráter efêmero dos programas de investigação, sugerindo a precariedade da atividade de pesquisa no quadro institucional das Ciências Sociais brasileiras.

### As Ciências Sociais no Brasil

A história das Ciências Sociais no Brasil, contrariando a trajetória da reflexão social em países capitalistas centrais — onde migrou da sociedade civil para os bancos universitários —, teve início na Universidade, com pouquíssima ou nenhuma atenção para as vicissitudes da sociedade brasileira e inteiramente divorciada do tema da reforma social, inclusive pela situação de repressão às liberdades imposta pelo Estado Novo (Werneck Vianna, Carvalho e Melo, 1994, pp. 357-403).

Nascida em um contexto de ditadura, a hora estratégica de institucionalização universitária das Ciências Sociais como disciplina científica não seria diferente, pois, como

se sabe, foi durante o regime militar que se constituiu um sistema nacional de ensino e pesquisa na área. Para que se ateste a veracidade dessa afirmação, observe-se, na Tabela 1, que, dos 43 cursos de mestrado ainda em funcionamento entre 1991 e 1993, mais da metade foi criada entre os anos de 1971 e 1984, segundo dados obtidos junto à Diretoria de Avaliação da Capes/MEC em 1994.

**TABELA 1**  
Ano de Início dos Cursos de Mestrado em Ciências Sociais\*

Ano	N.º	%
Até 1970	7	16,3
De 1971 a 1984	25	58,1
1985 ou posterior	11	25,6
Total	43	100,0

Fonte: Diretoria de Avaliação, Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-1993, relatório emitido em 1994.

\* A Tabela 1 refere-se ao ano de início dos programas de mestrado, perfazendo um total de 43 cursos. Destes, três não registram ingresso de novos alunos nos últimos anos e por esse motivo foram excluídos das tabelas e quadros seguintes.

Esse paradoxo — o de uma ciência que requer como condição para a sua constituição a democracia e que se cria e expande no Brasil sob a égide de duas ditaduras — parece indicar o sucesso da estratégia adotada pelos intelectuais da área, tanto no que se refere à extração de recursos junto às agências governamentais para um tipo de conhecimento que pouco poderia valer para regimes políticos de exceção, quanto no que diz respeito à capacidade de atrair numerosa clientela para os seus cursos universitários, a despeito do desprestígio social da atividade e da ausência de um mercado profissional promissor.

O êxito extraordinário dessa aventura dos cientistas sociais na institucionalização de uma área de conhecimentos e de um papel para si, num contexto quase indiferente

às suas realizações e possibilidades de uso social, mede-se em números. São, hoje, cerca de 13 mil estudantes de graduação, aproximadamente 500 doutores titulados em Ciências Sociais em atividade nos centros de pós-graduação, e uma média recente em torno de 250 novos mestres e 50 novos doutores titulados a cada ano no Brasil, excluídos, portanto, os doutores que se titulam no exterior

e sobre os quais não se tem estimativa. Sabe-se, entretanto, que o ingresso anual de doutorandos bolsistas em instituições de ensino no exterior aproxima-se de 25, ao passo que no Brasil registrou-se, em 1993, o ingresso de 147 novos alunos em programas de doutorado em Ciências Sociais. A Tabela 2 fornece elementos para uma comparação com as demais áreas do conhecimento.

TABELA 2  
Titulados por Área do Conhecimento — 1991

Áreas do Conhecimento	Mestrado	Doutorado
Ciências Exatas e da Terra	1.011	254
Ciências Biológicas	629	219
Engenharias	1.189	181
Ciências da Saúde	795	300
Ciências Agrárias	928	127
Ciências Sociais Aplicadas	701	117
Ciências Humanas	1.154	200
Linguística, Letras e Artes	332	79
Total	6.739	1.477
Ciências Sociais	248	43

Fonte: Dados obtidos junto à Capes/MEC, 1994.

Nota-se que os doutores em Ciências Sociais correspondem a aproximadamente 1/5 dos titulados, em 1991, na área de Ciências Humanas. Além disso, as Ciências Sociais ocupam o primeiro lugar em dotação de bolsas de pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais do CNPq, bem acima da dotação concedida, por exemplo, aos psicólogos, aos economistas, aos educadores, historiadores ou comunicadores sociais (ver Tabela 3).

Mais significativos, entretanto, são os dados sobre a expansão das Ciências Sociais quando comparados àqueles de uma área de perfil institucional tão definido quanto a de Física. Em 1992, foram registrados cerca de 700 doutorandos em Física no país, marca que se apresenta próxima à registrada no

mesmo ano para os doutorandos da área de Ciências Sociais, em torno de 500.

É claro que comparações dessa natureza podem encobrir diferenciações importantes. É possível que o número maior de bolsas de pesquisa concedidas pelo CNPq aos cientistas sociais *vis-à-vis* os economistas, por exemplo, seja devido a pressões da demanda, considerando-se que profissões orientadas para o mercado tornam os seus titulares menos afetos às agências governamentais de estímulo à pesquisa. De forma análoga, a equiparação entre o número de matriculados nos cursos de doutorado das áreas de Física e de Ciências Sociais pode estar associada a uma permanência mais prolongada dos cientistas sociais nos cursos (Rezende, 1993).



**TABELA 3**  
**Bolsas de Pesquisa Normal por Área**  
**do Conhecimento/CNPq \***

Área do Conhecimento	N.º
Antropologia	58
Arqueologia	10
C. Política	34
Sociologia	95
Total C. Sociais	197
Psicologia	140
Educação	122
Letras	119
Economia	109
Linguística	105
História	103
Filosofia	78
Comunicação	61
Geografia	50
Administração	49
Artes	45
Serviço Social	28
Direito	27
Planej. Urb. e Reg.	26
C. da Informação	23
Arquitetura e Urb.	22
Demografia	13
Teologia	1
Total	1.318

Fonte: Dados obtidos junto à Superintendência de Ciências Humanas e Sociais do CNPq/MCT, 1994.

\* Pagamentos realizados em maio de 1994.

De qualquer modo, dados numéricos comparados são expressivos, exatamente porque as facilidades para a institucionalização das profissões intelectuais no Brasil foram muito desiguais. Assim, por exemplo, os físicos, como *intelligentzia*, ao se anteciparem à sociedade, postulando uma ciência em prol

do desenvolvimento do país, encontraram no Estado e nas suas preocupações com a “soberania nacional” e com a “autonomia científica” um interlocutor e parceiro ativo da institucionalização da sua atividade. Em sentido oposto, a institucionalização das Ciências Sociais não pôde contar com as facilidades que poderiam advir de uma identidade do Estado com a problemática social. A ingerência estatal na trajetória de institucionalização dessa área deve-se mais à tentativa de intervir na vida intelectual do país do que, propriamente, de definir uma agenda social com o concurso da ciência vocacionada para isso. Mais grave, entretanto, é que nem mesmo a sociedade contribuiu para a institucionalização da reflexão sobre si — ainda hoje os atores sociais não reconhecem nas Ciências Sociais uma necessidade ou uma aliada para os seus propósitos. Portanto, a já longa história de afirmação das Ciências Sociais brasileiras como disciplina atesta a vitória de uma estratégia possível num quadro mental, social e político adverso. Recursos públicos para circunscrevê-la no espaço acadêmico, entretanto, não faltaram, e os novos cientistas sociais formam-se em massa.

O fato é que o sucesso dessa estratégia de reprodução das Ciências Sociais no país produziu também, em contrapartida, algumas das suas marcas negativas, do que é exemplo a sua contenção intramuros da Universidade. Assim, como se demonstrará na próxima seção, os limites à expansão das Ciências Sociais no âmbito do ensino universitário estão dados.

### **A Formação de um Sistema de Ensino Pós-Graduado**

Esta seção trata da formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa em Ciências Sociais e tem como sugestão a de que políticas de atendimento ao mercado universitário foram as principais causas da extraordinária expansão dos cursos de mestrado e de doutorado na área. Em resumo, foram as políticas públicas orientadas para a formação de docentes — em particular das universidades

públicas — que levaram a que os programas de pós-graduação em Ciências Sociais alcançassem, em pouco mais de duas décadas, todas as regiões do país, distribuindo-se, atualmente, em instituições de ensino de 13 estados da Federação, além do Distrito Federal.

Sabe-se que a política de formação de docentes — atribuição específica do Ministério da Educação — desenvolve-se em duas frentes: (a) concedendo bolsas de estudo para os cursos de mestrado e de doutorado no país e no exterior; e (b) implantando um regime de carreira para os professores das universidades federais, cujos critérios de titulação têm incentivado a chegada de novos contingentes de profissionais aos programas de pós-graduação e gerado, em consequência, a multiplicação desses cursos.

Embora seja óbvio o extraordinário êxito da implantação do sistema nacional de ensino e pesquisa em Ciências Sociais, atenta-se aqui para o fato de que o móvel original do sistema — a formação de docentes — não parece facultar mais o mesmo movimento expansivo para a área. Afinal, os pós-graduados deveriam atender a um mercado universitário que, para os cientistas sociais, se restringe às universidades federais e estaduais, além de algumas poucas instituições de ensino comunitárias — do que são um exemplo as universidades católicas —, cujas situações funcionais parecem se aproximar do equilíbrio. O problema da exigüidade do mercado só não é mais dramático porque, em virtude de razões conjunturais que logo serão dissipadas, há uma acentuada renovação dos quadros universitários.

Questões relativas à atividade de pesquisa entre os cientistas sociais serão tratadas mais adiante. Por ora, destaca-se apenas que o crescimento do número de doutores e o acirramento da competição por recursos públicos deverão produzir novos critérios para a avaliação dos grupos de pesquisa, dissociando o fomento à pesquisa da excelência formativa dos centros de pós-graduação. Isto significa que a redefinição do papel da investigação científica no país e dos procedimen-

tos para a avaliação dos seus resultados poderá deslocar o tema da capacitação docente do núcleo de prioridades definidas pelas políticas públicas setoriais.

#### *As Instituições de Ensino e a Expansão da Pós-Graduação*

Segundo a classificação da Capes, o que aqui se designa como Ciências Sociais — os cursos de Sociologia, Ciência Política e Antropologia — insere-se na área de Ciências Humanas. Ademais, todos os cursos não-especializados, como, por exemplo, o doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, além de outros tantos orientados para estudos regionais brasileiros e latino-americanos, são classificados pela Capes sob a rubrica de Sociologia. O curso de Arqueologia, oferecido exclusivamente pela USP, fica compreendido na rubrica de Antropologia.

Com essas ressalvas, registre-se que, em 1994, segundo a Diretoria de Avaliação da Capes, eram oferecidos 54 cursos de Ciências Sociais no país. Desses 54 cursos, são 27 os de Sociologia (20 programas de mestrado e 7 de doutorado), 13 os de Ciência Política (11 programas de mestrado e 2 de doutorado) e 14 os de Antropologia (9 programas de mestrado e 5 de doutorado). A Tabela 4 lista os cursos em funcionamento com as respectivas instituições e níveis.

São 22 as instituições de ensino superior a abrigar esses cursos de pós-graduação em Ciências Sociais. Excetuando-se o IUPERJ, no Rio de Janeiro, os cursos são oferecidos exclusivamente por universidades públicas e comunitárias — como é o caso das universidades católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro —, distribuídas regionalmente segundo a Tabela 5.

**TABELA 4**  
**Relação de Cursos de Pós-Graduação por Subárea no Triênio 1991-93\***

1. Sociologia**		
Instituição	Curso	Nível
UFPA	Planejamento do Desenvolvimento	ME
UFCE	Sociologia	ME
UFRN	C. Sociais	ME
UFPB	C. Sociais	ME
UFPB	Sociologia Rural	ME
UFPE	Sociologia	ME
UFBA	Sociologia	ME
UFRJ	Sociologia	ME
UFRRJ	Desenvolvimento Agrícola	ME
IUPERJ	Sociologia	ME/DO
UFMG	Sociologia	ME
UFSCAR	C. Sociais	ME
USP	Sociologia	ME/DO
USP	Integração da América Latina	ME
UNICAMP	Sociologia	ME
UNICAMP	C. Sociais	DO
UNESP	Sociologia	ME/DO
PUC-SP	C. Sociais	ME/DO
UFSC	Sociologia Política	ME
UFRGS	Sociologia	ME
UNB	Sociologia	ME/DO
UNB	Estudos Comparados América Latina e Caribe	DO
CURSOS: 27		
2. Ciência Política		
Instituição	Curso	Nível
UFMA	Políticas Públicas	ME
UFPE	Ciência Política	ME
PUC-RJ	Relações Internacionais	ME
IUPERJ	Ciência Política	ME/DO
UFMG	Ciência Política	ME
USP	Ciência Política	ME/DO
UNICAMP	Ciência Política	ME
UFRGS	Ciência Política	ME
UFMS	Ciência Política	ME
UNB	Relações Internacionais	ME
UNB	Ciência Política	ME
CURSOS: 13		
3. Antropologia		
Instituição	Curso	Nível
UFPE	Antropologia	ME
UFRJ	Antropologia Social	ME/DO
USP	Antropologia Social	ME/DO
USP	Arqueologia	ME/DO
UNICAMP	Antropologia Social	ME
UFPR	Antropologia Social	ME
UFSC	Antropologia Social	ME
UFRGS	Antropologia Social	ME/DO
UNB	Antropologia	ME/DO
CURSOS: 14		

Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, *Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.*

\* Em Werneck Vianna, Carvalho e Melo (1994, p. 529) foi publicado um quadro dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais, com dados extraídos de relatório da Capes editado em 1991. Não constavam desse relatório os cursos de mestrado de Relações Internacionais da PUC-Rio, de Políticas Públicas da UFMA, de Ciência Política da UFRS, de Antropologia da UFPR e os programas de doutorado da UFRGS, em Antropologia, e da UNESP, em Sociologia. Com a exceção do curso da PUC-Rio, todos os outros iniciaram suas atividades a partir de 1991. Constatou-se também que os dados obtidos junto à Diretoria de Avaliação da Capes, relativos aos anos 1991-1993, não mencionam o curso de mestrado da Universidade Federal de Viçosa — UFV, em Sociologia Rural, e o da PUC-RS, em Sociologia, citados na publicação anterior da Capes.

\*\* Os dados computados pela Diretoria de Avaliação da Capes sugerem o encerramento das atividades de três cursos de mestrado da subárea de Sociologia, os quais não foram incluídos na tabela acima. São eles: o curso de mestrado em Sociologia Rural da UFRGS, que não registrou o ingresso de novos alunos em 1992 e 1993 e para o qual também não constava a existência de alunos matriculados em dezembro de 1992 e 1993; o curso de mestrado em Sociologia e Política da PUC-Rio, e o de Estudos de Problemas Brasileiros da UERJ, que não registraram o ingresso de novos alunos entre 1991 e 1993, sendo que o curso da UERJ não contava com alunos matriculados em 1993 e o da PUC-Rio, desde 1992.

**TABELA 5**  
**Distribuição Regional das Instituições de**  
**Ensino Pós-Graduado de Ciências Sociais**

Região	Número de Instituições
Norte	1
Nordeste	6
Sudeste	10
Sul	4
Centro-Oeste	1
Total	22

*Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.*

Em pesquisa anterior, sobre o ensino de graduação em Ciências Sociais, observou-se que, com exceção dos antigos territórios federais do Norte — Rondônia, Roraima, Amapá — e dos estados de Tocantins, Alagoas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, todos as demais unidades da Federação oferecem cursos de bacharelado na área, em geral em instituições públicas de ensino. O estímulo à qualificação do corpo docente das universidades públicas — derivado do vínculo que se estabeleceu entre a progressão funcional do professor e a sua titulação em cursos de pós-graduação — parece estar na origem da expansão, por todo o país, do ensino pós-graduado em Ciências Sociais. É possível, ainda, que esse mesmo motivo siga proporcionando, por mais algum tempo, as condições para que os departamentos de Ciências Sociais retardatários postulem a criação de novos programas. Entretanto, salvo mudanças muito expressivas — de resto, pouco prováveis —, uma eventual expansão das Ciências Sociais, se referida exclusivamente ao ensino, contará com poucas universidades públicas e alguns poucos centros de ensino superior particulares tradicionais por onde se desenvolver. Nesse sentido, não

constitui um exercício de prognóstico ariscado apontar que se avizinha o fim do contexto em que proliferaram os centros de pós-graduação, cabendo, no máximo, a criação de novos cursos em programas de centros já estabelecidos. Exemplo disso são, entre outros, o doutorado de Ciência Política da UFMG e o de Desenvolvimento Agrícola do CPDA da UFRRJ, criados a partir de 1993, como resultado da consolidação dos cursos de mestrado.

As Tabelas 6 e 7 apresentam a dimensão regional da expansão das Ciências Sociais no país e a velocidade com que esse processo se deu. Pois, como se verá, dos 54 cursos de pós-graduação atualmente existentes, apenas 17 cursos de mestrado e 3 de doutorado haviam iniciado as suas atividades em 1975.

Uma análise um pouco mais detida das características regionais do sistema nacional de centros de pós-graduação em Ciências Sociais permite projetar sua configuração futura.

Até 1975, o Nordeste dispunha de apenas um curso de mestrado: o da Universidade Federal de Pernambuco, criado em 1967. Na década de 70, sucederam-se os programas das universidades federais do Ceará (1976), da Paraíba (1977) e do Rio Grande do Norte (1979). Bahia e Maranhão inscrevem-se tardiamente no sistema, com cursos que datam de 1990 e 1993, respectivamente. Dos estados da região, apenas Piauí, Alagoas e Sergipe não contam com cursos de mestrado na área de Ciências Sociais. E desses, apenas o de Alagoas não possui um curso de graduação em Ciências Sociais no âmbito de sua universidade federal.

Excetuando-se Pernambuco, que dispõe de cursos de mestrado nas três disciplinas consideradas — Sociologia, Ciência Política e Antropologia —, os demais programas, sobretudo os mais recentes, tendem a assumir, desde a origem, uma orientação para estudos regionais ou especializados. São exemplos o mestrado em Desenvolvimento Regional da UFCE, o de Políticas Públicas da UFMA, e o de Sociologia Rural da UFPB.

**TABELA 6**  
**Ano de Início do Mestrado**

Ano \ Região	CO	NE	NO	SE	SU	Total
até 1975	2	1		11	2	16
de 1976 a 1980		5	1	2	1	9
de 1981 a 1985	2	1		2	2	7
de 1986 a 1990		1		4		5
1991 ou posterior		1			2	3
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>7</b>	<b>40</b>

Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.

**TABELA 7**  
**Ano de Início do Doutorado**

Ano \ Região	CO	SE	SU	Total
até 1975		3		3
de 1976 a 1980		3		3
de 1981 a 1985	3	2		5
de 1986 a 1990		1		1
1991 ou posterior		1	1	2
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>14</b>

Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.

No Nordeste, caso venham a ser criados novos programas de pós-graduação, é muito provável que, acompanhando a recente tendência regional, assumam um formato orientado para pesquisas locais e se beneficiem de formas de intercâmbio e linhas de colaboração estreitas com outros centros já consolidados. De qualquer modo, a criação de cursos de pós-graduação nos estados do Piauí, de Alagoas e Sergipe não deverá alterar a atual configuração institucional das Ciências Sociais na região, onde estão presentes tanto os programas vocacionados para a formação

geral, como é o caso do pioneiro mestrado da UFPE, quanto os de especialização mais evidente, segundo se constata contemporaneamente.

Na região Norte, dados da Capes informam que apenas a UFPA oferece um curso de mestrado na área de Ciências Sociais, embora conste do último relatório de avaliação do CNPq a implantação de um programa de pós-graduação em Antropologia na mesma universidade.

As universidades federais do Amazonas e do Acre, que já oferecem cursos de bacha-



relado em Ciências Sociais, têm, em princípio, todas as condições para desenvolver programas de formação e pesquisa orientados para as singularidades locais, para não mencionar o potencial de desenvolvimento dos estudos antropológicos. O Norte é, portanto, a região do país onde se podem vislumbrar maiores possibilidades de expansão institucional das Ciências Sociais.

No Centro-Oeste, a UnB oferece os únicos cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais. Ainda que muitos dos seus programas sejam orientados para atender a uma demanda típica da administração federal — como é o caso dos cursos de Relações Internacionais e de Estudos Latino-Americanos —, a atratividade exercida pela UnB na região é notória. Além dela, apenas a UFGO oferece curso de graduação na área.

Na região Sul, todos os estados possuem cursos de pós-graduação em Ciências Sociais. No Rio Grande do Sul, a UFRGS oferece cursos nas três disciplinas que compõem a área e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) implantou, em 1991, um curso de mestrado em Ciência Política. A cidade de Pelotas conta também com uma universidade federal — a UFPel — em que é oferecido apenas o curso de graduação em Ciências Sociais.

Santa Catarina e Paraná também já inauguraram, nas suas respectivas universidades federais, as atividades de pós-graduação em Ciências Sociais, a primeira em 1985 e a segunda, em 1991.

Por fim, o Sudeste é a região onde se concentra o maior universo de ensino pós-graduado na área de Ciências Sociais do país. À exceção do Espírito Santo, todos os demais estados da região possuem centros de pós-graduação na área.

Em São Paulo, as três universidades estaduais e a PUC-SP oferecem cursos de mestrado e doutorado. O mais recente é o doutorado em Sociologia da UNESP, localizado na cidade de Araraquara. A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) também dispõe de um mestrado em Ciências Sociais.

No Estado do Rio de Janeiro, o Iuperj

constitui um caso único no país: um centro de pós-graduação isolado, vinculado a uma instituição de ensino superior privada. De fato, trata-se de uma trajetória muito singular, que dificilmente poderá ser repetida. A UFRJ oferece cursos de mestrado em Sociologia e Antropologia e a UFRRJ, cursos de mestrado e de doutorado em Desenvolvimento Agrícola — este último a partir de 1994, e, portanto, fora dos registros da Capes à época da pesquisa.

Na cidade de Niterói, o programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFF encontra-se em funcionamento desde 1993, embora também não tenha constado do relatório da Capes. O mesmo pode ser dito do recente mestrado da universidade estadual — a UERJ —, na cidade do Rio de Janeiro. A PUC-Rio encerrou as atividades do mestrado de Sociologia, mantendo apenas o curso de mestrado em Relações Internacionais.

Finalmente, Minas Gerais sedia seis universidades federais, das quais apenas a UFMG, em Belo Horizonte, oferece cursos de pós-graduação em Ciências Sociais (o doutorado de Ciência Política foi criado em 1994).

O caso de Minas Gerais é singular, uma vez que a facilidade de acesso dos seus estudantes aos centros do Rio de Janeiro e de São Paulo expõe o programa local a uma forte competição.

Observando-se, então, cada região e as suas particularidades, constata-se que, com exceção do Norte do país, todas as demais regiões encontram-se em uma situação de restrição severa quanto às possibilidades de expansão do sistema de ensino pós-graduado em Ciências Sociais. Desse modo, a intensificação da competição entre os centros universitários por recursos públicos deverá confirmar a seguinte tendência: os centros mais antigos e de grande expressão regional — a UFPe é o exemplo mais evidente — procurarão consolidar a sua posição como núcleos de excelência acadêmica, ampliando a oferta de programas de formação geral, em particular os de doutorado; centros mais recentes, que se desenvolvem em contextos em

que a procura por títulos universitários é pequena, implementarão uma outra estratégia, apostando na especialização dos cursos e na sua articulação com a realidade local, a fim de fugir dos prováveis limites à posterior profissionalização dos titulados. Evidentemente, essa última perspectiva não se restringe a centros periféricos — ainda que para eles seja uma questão de sobrevivência —, pois a possibilidade de reprodução dos programas baseada apenas nas necessidades do sistema universitário tenderá a favorecer somente alguns poucos centros de excelência. Importa observar que, combinadas, as duas estratégias — a da formação geral e a da especialização — atuam no sentido de compor um sistema com atribuição desigual de funções aos diferentes centros, cujo formato pode ser entrevisto com base na atual configuração.

As atuais políticas públicas de fomento à pesquisa e à formação docente tendem a reforçar este cenário. O sistema de avaliação dos cursos implantado pela Capes favorece, como é natural, os programas já estabelecidos e com produção reconhecida. Em consequência, os cursos mais bem avaliados, e que, por isso, oferecem bolsas de estudo para a integralidade da sua clientela, dispõem de condições de seletividade maiores que os demais, vindo a formar, provavelmente, profissionais mais bem qualificados para a disputa por posições no mercado universitário. Um centro periférico poderá, evidentemente, optar por uma estratégia de formação de professores, oferecendo titulação a um custo mais baixo. No entanto, diante de um cenário cada vez mais competitivo, essa será, provavelmente, uma estratégia com resultados frustrantes.

A orientação dos programas mais “jovens” para a pesquisa da realidade local parece oferecer, em contrapartida, resultados mais promissores. Linhas de investigação com esse caráter podem permitir o acesso a outras fontes de financiamento e a incorporação dos profissionais formados localmente, condições que, no limite, poderão viabilizar uma integração não subordinada desses cen-

tros ao sistema nacional de ensino e pesquisa de Ciências Sociais.

Em que medida, entretanto, o esgotamento da estratégia clássica de reprodução institucional das Ciências Sociais pode ser comprovado? Em outras palavras, sob que critérios pode-se falar em uma severa restrição das possibilidades de expansão das Ciências Sociais no país, caso persista a sua vinculação exclusiva com o mundo acadêmico?

Os dados relativos à população estudantil dos centros de pós-graduação e à população de titulados nos últimos anos revelam as dimensões da clientela atendida pelos programas de mestrado e de doutorado, bem como prenunciam o principal desafio a ser enfrentado pelos tomadores de decisão da área — a abertura das Ciências Sociais à sociedade.

Em dezembro de 1993, o número de estudantes matriculados nos 54 cursos de pós-graduação totalizava 2.236 alunos (Tabela 8). Considerando-se o período compreendido entre 1991 e 1993, titularam-se, em média, 278 mestres e 52 doutores por ano (Tabela 10). Estima-se, entretanto, que a média anual deve elevar-se, tendo-se em conta que muitos programas iniciaram as suas atividades em período recente. Ilustra essa possibilidade o fato de o número de alunos admitidos por ano nesses programas perfazer a média de 435 para os cursos de mestrado e de 128 para os de doutorado (Tabela 9). As tabelas a seguir distribuem a população estudantil, nos últimos três anos, segundo as preferências disciplinares e o grau de titulação alcançado.

Considerando-se as linhas prováveis de expansão do ensino pós-graduado, o número de candidatos a mestre em Ciências Sociais não deverá sofrer alterações expressivas em futuro próximo. Ainda que novos cursos de mestrado sejam criados, ou que haja uma diversificação das especialidades contempladas nos mestrados já existentes, o ingresso anual de estudantes não deverá ultrapassar a marca dos 500.

**TABELA 8**  
**Alunos Matriculados no Triênio 1991-93\***

	1991		1992		1993	
	Mest.	Dout.	Mest.	Dout.	Mest.	Dout.
Sociologia	1.067	318	1.012	336	993	353
Ciência Política	297	52	343	48	386	58
Antropologia	353	113	330	118	329	117
Total	1.717	483	1.685	502	1.708	528

Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.

\* Foram tomados por base os alunos matriculados em dezembro de cada ano.

**TABELA 9**  
**Novos Alunos no Triênio 1991-93**

	1991		1992		1993	
	Mest.	Dout.	Mest.	Dout.	Mest.	Dout.
Sociologia	221	66	277	90	233	91
Ciência Política	83	25	111	8	130	31
Antropologia	89	24	83	24	78	25
Total	393	115	471	122	441	147

Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.

**TABELA 10**  
**Titulações no Triênio 1991-93**

	1991		1992		1993	
	Mest.	Dout.	Mest.	Dout.	Mest.	Dout.
Sociologia	124	27	182	35	170	33
Ciência Política	62	1	68	12	32	9
Antropologia	62	15	81	12	52	13
Total	248	43	331	59	254	55

Fonte: Diretoria de Avaliação da Capes/MEC, Resumo da Pós-Graduação Brasileira: Triênio 1991-93, relatório emitido em 1994.

São dois os principais argumentos que permitem prever uma demanda futura por vagas em cursos de mestrado em Ciências Sociais nos patamares atuais: o primeiro refere-se ao fato de que o ingresso na pós-graduação não tem implicado padrões de seletividade tão elevados que ocasionem a existência de uma massa significativa de graduados não-atendidos; o segundo refere-se à tendência à diminuição, nos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais, do número de estudantes graduados em outras áreas, uma vez que se vêm reforçando padrões de recrutamento demarcados disciplinarmente.

Mais significativo deverá ser o crescimento da demanda por vagas nos cursos de doutorado. Anualmente, titulam-se entre 250 e 350 mestres. O ano de 1993 registrou o ingresso de somente 147 novos estudantes nos cursos de doutorado, o que sugere uma demanda represada por vagas nesses cursos.

Dessa perspectiva, adquirem muita importância as iniciativas, ainda isoladas, de reforma dos programas de pós-graduação com o objetivo de ampliar as possibilidades de acesso ao doutoramento, por exemplo, restringindo o período de permanência no mestrado para os dois anos curriculares e substituindo a exigência formal da tese de mestrado pela produção de uma dissertação ou memória.

A desejável expansão do doutoramento, entretanto, implicará novos desafios em prazo muito curto. Um prognóstico conservador projetaria para os próximos anos a titulação anual de aproximadamente 100 novos doutores. Em apenas cinco anos serão nada menos que 500 doutores, dos quais uma parcela expressiva será composta por jovens ingressando no mercado de trabalho. O impacto desses números não deve ser subestimado.

Esse contingente de novos profissionais, oriundo das diversas regiões do país, conhecerá, então, uma mobilidade espacial inédita, deslocando os traços remanescentes do paroquialismo universitário e favorecendo a constituição de um mercado nacional de docentes e pesquisadores. Ainda mais relevante:

a entrada em cena desses novos profissionais poderá provocar uma retomada do movimento expansivo das Ciências Sociais, não mais motivado pelas urgências do ensino e da qualificação docente, mas orientado para a produção de respostas sociais afinadas aos novos tempos. Inclusive como forma de fugir ao cerco de um mercado universitário inelástico.

Concluindo, interessa enfatizar que circunscrever os cientistas sociais àquele que tem sido o seu papel exclusivo até então — o de docente-pesquisador — significará o definhamento da obra institucional realizada na área, pois as dimensões do sistema nacional de ensino e pesquisa em Ciências Sociais não suportarão o seu confinamento intramuros da Universidade.

#### *O Corpo Docente dos Centros de Pós-Graduação*

Como se viu, a ciência social brasileira tem-se caracterizado pela precedência do ensino em relação à pesquisa, invertendo a trajetória de institucionalização que conheceu na Europa e na América. A implantação tardia do doutoramento sugere que *ciência* não se constitui no fundamento do processo de institucionalização das disciplinas sociais no país, o que não a impediu de vir sendo bem praticada, conhecendo momentos de alta expressão. Somente agora, com a expansão dos cursos de doutoramento, começa a existir a massa crítica para a pesquisa científica e a perspectiva de autonomização desta em relação à atividade de ensino.

A principal parcela dos profissionais da área de Ciências Sociais é composta por professores dos programas de pós-graduação. Excluem-se desse grupo os docentes em instituições de ensino superior que não oferecem cursos de pós-graduação na área, os cientistas sociais que foram alocados em outras áreas do ensino superior, e ainda aqueles que se profissionalizaram afastados da docência, em organizações ou institutos que não desenvolvem atividades de ensino. Em síntese, a esmagadora maioria dos profissionais de Ciências Sociais — principalmente o grupo mais titulado — é constituída

pôr professores do sistema nacional de ensino pós-graduado, ainda que combinando o magistério com outras ocupações.

Não se dispõe de informações que permitam estimar o universo constituído pela soma de cientistas sociais que trabalham em outros departamentos universitários que não o de Ciências Sociais e de docentes integrados exclusivamente em cursos de graduação. Entretanto, é razoável supor que essa população mantém-se afastada do *mainstream* da profissão — inclusive porque não desenvolve pesquisa na área —, além do fato de não ser muito numerosa, pois a sua parcela mais expressiva atende a instituições particulares que habilitam apenas licenciados e que não dispõem, em geral, de um significativo plantel docente. Pode-se, portanto, tomar o corpo docente dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais como um indicador seguro da ordem de grandeza do mercado universitário para esse tipo de profissional.

Os dados relativos ao corpo docente enviados pelos diferentes centros de pós-graduação à Capes assinalam a existência de 765 professores em atividade, uma parcela dos quais atuando em mais de um programa de pós-graduação. Ainda que se considere esse número um indicador subestimado, ele demonstra a exiguidade do mercado universitário, sobretudo quando se põe em perspectiva a titulação de cem doutores a cada ano. A Tabela 11 discrimina a titulação do corpo docente:

**TABELA 11**  
Titulação do Corpo Docente

Nível	N.º	%
Doutorado	642	83,9
Mestrado	116	15,1
Graduação	7	1,0
Total*	765	100,0

Fonte: Relações nominais de professores por curso de pós-graduação que constam de relatório obtido junto à Diretoria de Avaliação da Capes em 1994.

\*Não foram excluídos os professores dos cursos que encerraram suas atividades nos últimos anos. Casos de dupla ou mesmo tripla inscrição de um mesmo docente foram eliminados. Todos os dados desta seção têm a mesma origem.

Nessa tabela, chama a atenção o fato de que um índice acima de 80% do corpo docente do sistema nacional das Ciências Sociais já seja composto por doutores, perfazendo um total de 642 professores titulados em diferentes áreas. Destes, 487 doutoraram-se em Ciências Sociais, distribuindo-se pelas três disciplinas, como demonstra a Tabela 12. Dado o elevado percentual de doutores e a informação de que cerca de metade dos demais docentes cursa, atualmente, o doutorado, prevê-se a dramaticidade de que se revestirá a competição por postos de trabalho caso sejam mantidos os padrões atuais de profissionalização exclusiva ao âmbito universitário.

**TABELA 12**  
Resumo da Composição do Corpo Docente

Nível	N.º	%
Não-doutores	123	16,1
Doutores Sociologia	238	31,1
Doutores Ciência Política	104	13,6
Doutores Antropologia	145	19,0
Doutores Outras Áreas	155	20,3
Total	765	100,0

Fonte: Capes, 1994. Ver nota da Tabela 11.

Além da caracterização quantitativa do universo de docentes dos programas de pós-graduação *vis-à-vis* os limites à expansão do sistema nacional das Ciências Sociais, outras variáveis relativas ao corpo docente merecem ser mencionadas. Foram selecionadas as seguintes: (a) formação universitária; (b) local e ano de titulação; (c) composição do corpo docente por disciplina; (d) tipo de vínculo mantido com as instituições empregadoras; (e) atividade de pesquisa; e (f) média da produção científica. Com os limites previsíveis em um artigo como este, o corpo docente que hoje compõe o sistema nacional de ensino e pesquisa em Ciências Sociais será apresentado segundo esse roteiro.



(a) Quanto à sua formação, o corpo docente dos programas apresenta alguma diferenciação, embora se estime que 76% tenham obtido o seu título mais elevado — mestrado ou doutorado — na área de Ciências

Sociais, num total de 579 professores. A Tabela 13 informa sobre a distribuição percentual dos professores e dos doutores de acordo com a área do conhecimento em que obtiveram sua maior titulação:

**TABELA 13**  
**Titulação — Área do Conhecimento**

Áreas do Conhecimento	Professores		Doutores	
	N	%	N	%
Sociologia	279	36,5	238	37,1
Antropologia	171	22,4	145	22,6
Ciência Política	129	16,9	104	16,2
Economia	44	5,8	37	5,8
História	36	4,7	30	4,7
Filosofia	20	2,6	17	2,6
Geografia	13	1,7	13	2,0
Comunicação	13	1,7	12	1,9
Direito	10	1,3	7	1,1
Serviço Social	7	0,9	2	0,3
Educação	6	0,8	5	0,8
Linguística, Letras	6	0,8	6	0,9
Psicologia	5	0,7	5	0,8
Artes, Música	4	0,5	4	0,6
Saúde Pública	4	0,5	3	0,5
Arqueologia	3	0,4	3	0,5
Outras	15	2,0	11	1,7
Total	765	100,0	642	100,0

Fonte: Capes, 1994. Ver nota do Quadro 11.

(b) Também no que tange ao local da titulação encontram-se trajetórias diversas. Observe-se que mais da metade do corpo docente titulou-se no Brasil — 56,6%, somados mestres e doutores —, cabendo às instituições de ensino do Estado de São Paulo a

titulação de 39% dos professores (Tabela 14). Apenas a USP credenciou 28% dos titulados no país, o que indica serem as Ciências Sociais brasileiras de extração basicamente paulista, com impacto na difusão de alguns esquemas interpretativos concernentes à tra-

dição intelectual “uspiana” e com tendência à generalização de objetos de pesquisa que nem sempre são ajustáveis às demais regiões do país. As Tabelas 14 e 15 correlacionam a titulação do corpo docente dos programas de pós-graduação, o local de titulação dos

professores e as suas habilitações disciplinares específicas.

De acordo com a Tabela 14, o índice de professores da pós-graduação titulados em São Paulo passa de 39% para 42% quando considerado apenas o universo de doutores.

**TABELA 14**  
**Dados Discriminados por Área do Conhecimento e Titulação — Titulados no Brasil**

Unidade da Federação	Titulação				Total	
	Não Doutores	Doutores				
		Sociologia	Ciência Política	Antropologia	Outras Áreas	
SP	25 (20,3%)	88 (37,0%)	45 (43,3%)	65 (44,8%)	73 (47,1%)	296 (38,7%)
RJ	23 (18,7%)	4 (1,7%)	8 (7,7%)	20 (13,8%)	13 (8,4%)	68 (8,9%)
DF	7 (5,7%)	10 (4,2%)		4 (2,8%)		21 (2,7%)
MG	9 (7,3%)	2 (0,8%)			1 (0,6%)	12 (1,6%)
RS	8 (6,5%)			1 (0,7%)	2 (1,3%)	11 (1,4%)
PE	8 (6,5%)		1 (1,0%)			9 (1,2%)
PB	7 (5,7%)					7 (0,9%)
Outros Estados	7 (5,7%)	1 (0,4%)		1 (0,7%)		9 (1,2%)
Brasil	94 (76,4%)	105 (44,1%)	54 (51,9%)	91 (62,8%)	89 (57,4%)	433 (56,6%)
Total	123 (16,1%)	238 (31,1%)	104 (13,6%)	145 (19,0%)	155 (20,3%)	765 (100,0%)

Fonte: Capes, 1994. Ver nota da Tabela 11.

Nesse mesmo universo, entretanto, é expressiva a participação de titulados no exterior: 47% (Tabela 15). Entre os doutores que obtiveram os seus títulos no exterior destacam-

se, numericamente, os que o fizeram nos Estados Unidos (35%), na França (31%) e na Grã-Bretanha (14%).

Informações relativas ao ano de titula-

**TABELA 15**  
**Dados Discriminados por Área do Conhecimento e Titulação — Titulados no Exterior**

País	Não-Doutores	Titulação				Total
		Doutores				
		Sociologia	C. Política	Antropologia	Outras áreas	
Estados Unidos	19 (15,4%)	28 (11,8%)	26 (25,0%)	27 (18,6%)	26 (16,8%)	126 (16,4%)
França	1 (0,8%)	50 (21,0%)	8 (7,7%)	15 (10,3%)	21 (13,5%)	95 (12,4%)
Grã-Bretanha		24 (10,1%)	6 (5,8%)	8 (5,5%)	5 (3,2%)	43 (5,6%)
Alemanha		12 (5,0%)	5 (4,8%)	1 (0,7%)	6 (3,9%)	24 (3,1%)
México	1 (0,8%)	10 (4,2%)	1 (1,0%)	1 (0,7%)	1 (0,6%)	14 (1,8%)
Bélgica	3 (2,4%)	3 (1,3%)	2 (1,9%)			8 (1,0%)
Itália	4 (3,3%)	1 (0,4%)			1 (0,6%)	6 (0,8%)
Outros Países	1 (0,8%)	5 (2,1%)	2 (2,0%)	2 (1,4%)	6 (3,9%)	16 (2,1%)
Exterior	29 (23,6%)	133 (55,9%)	50 (48,1%)	54 (37,2%)	66 (42,6%)	332 (43,4%)
Total	123 (16,1%)	238 (31,1%)	104 (13,6%)	145 (19,0%)	155 (20,3%)	765 (100,0%)

Fonte: Capes, 1994. Ver nota da Tabela 11.

ção (Tabela 16) demonstram que a maioria dos doutores em Ciências Sociais em atividade foi titulada nos últimos 15 anos (63,2%), índice que deverá ser ainda maior com a renovação acentuada dos quadros docentes das universidades federais verificada nos últimos dois anos. Até 1975, a formação de doutores brasileiros deu-se predominantemente no país — quer pela via institucionalizada do

doutorado da USP, quer pelas teses “livres” defendidas pelos docentes em seus contextos acadêmicos. No período 1976-80, eleva-se em muito a proporção de titulados no exterior, alcançando um índice de mais de 65%. Com a montagem do sistema nacional de ensino pós-graduado, esse índice cai progressivamente até a marca de 32%, quando se considera os docentes titulados a partir de 1991.

**TABELA 16**  
**Doutores em Ciências Sociais — Ano de Titulação e País**

País	até 1975	de 1976 a 1980	de 1981 a 1985	de 1986 a 1990	de 1991 ou posterior	Total
Brasil	50 (54,9%)	30 (34,1%)	38 (38,8%)	79 (59,8%)	53 (67,9%)	250 (51,3%)
Estados Unidos	18 (19,8%)	23 (26,1%)	11 (11,2%)	25 (18,9%)	4 (5,1%)	81 (16,6%)
França	15 (16,5%)	15 (17,0%)	22 (22,4%)	9 (6,8%)	12 (15,4%)	73 (15,0%)
Grã-Bretanha	3 (3,3%)	8 (9,1%)	13 (13,3%)	8 (6,1%)	6 (7,7%)	38 (7,8%)
Alemanha	2 (2,2%)	6 (6,8%)	6 (6,1%)	3 (2,3%)	1 (1,3%)	18 (3,7%)
México		1 (1,1%)	6 (6,1%)	3 (2,3%)	2 (2,6%)	12 (2,5%)
Outros	3 (3,3%)	5 (5,7%)	2 (2,0%)	5 (3,8%)		15 (3,1%)
Total	91 (18,7%)	88 (18,1%)	98 (20,1%)	132 (27,1%)	78 (16,0%)	487 (100,0%)

Fonte: Capes, 1994. Ver nota da Tabela 11.

(c) Quanto à composição do corpo docente dos programas de pós-graduação (Tabela 17), observa-se que a subárea de Ciência Política é a que registra o maior índice de não-doutores (25,8%), seguindo-se, com grande distância, a de Sociologia (13,7%) e,

por fim, com o mais baixo índice de não-doutores, a de Antropologia (12,4%). Além disso, a subárea de Antropologia é a que assinala o mais significativo percentual de doutores formados na própria disciplina (73,6%).

TABELA 17  
Formação de Docentes por Subárea

Titulação	Subárea	Sociologia	Ciência Política	Antropologia	Total
Não-doutores		66 (13,7%)	42 (25,8%)	15 (12,4%)	123 (16,1%)
	Doutores	212 (44,1%)	21 (12,9%)	5 (4,1%)	238 (31,1%)
Sociologia		34 (7,1%)	69 (42,3%)	1 (0,8%)	104 (13,6%)
	Doutores	54 (11,2%)	2 (1,2%)	89 (73,6%)	145 (19,0%)
Antropologia		115 (23,9%)	29 (17,8%)	11 (9,1%)	155 (20,3%)
	Doutores	481 (62,9%)	163 (21,3%)	121 (15,8%)	765 (100,0%)
Outras Áreas					
	Doutores				

Fonte: Capes, 1994. Ver nota da Tabela 11.

Na verdade, pode-se atribuir essa assimetria entre as subáreas ao modo pelo qual, ao longo do tempo, se vem articulando a reflexão da sociedade sobre si mesma. O discurso inaugural dessa reflexão foi o da Antropologia, centrado no problema racial e na questão da identidade da cultura nacional — nisso que se pode considerar um repertório

de *imagens do Brasil*. Esse discurso — estratégico ao pensamento social brasileiro — conhece, a partir dos anos 40, um processo de competição, originário, sobretudo, da sociologia paulista, que se centrava na idéia de classe e no que se convencionou chamar de ordem social competitiva. Mais recentemente, com a institucionalização da democracia



política, o campo das Ciências Sociais vem experimentando um movimento afirmativo da Ciência Política. A distribuição do índice de doutores aparenta, pois, obedecer os diferentes tempos da reflexão social brasileira.

(d) Sobre o vínculo funcional mantido entre os professores dos programas de pós-graduação e suas respectivas instituições, alguns dados obtidos junto à Capes merecem destaque. 80% dos docentes mantêm vínculo permanente com pelo menos um centro de pós-graduação. Além disso, dos 765 professores, 123 participam também de um outro curso na área de Ciências Sociais, e, destes, 14 colaboram ainda em um terceiro. A participação em outros programas de pós-graduação é, assim, expressiva. São 363 docentes, em números absolutos, que declararam participar de outros programas. Considerando-se, entretanto, que apenas 123 docentes tiveram registrada a sua dupla ou tripla inscrição na área, pode-se concluir que os demais 240 professores participam de programas de pós-graduação em outras áreas vizinhas ou assemelhadas.

Por outro lado, os dados relativos ao regime de trabalho e ao exercício de atividades docentes na graduação registram uma média elevada de envolvimento dos docentes com as suas instituições. Mais de 80% dos professores possuem dedicação exclusiva (72,8%) ou trabalham em tempo integral (11,6%); mais de 60% são também professores da graduação.

(e) O índice de participação em atividades de pesquisa, por sua vez, alcança aproximadamente 85% do corpo docente, elevando-se para mais de 90% quando se considera apenas os doutores em Ciências Sociais. Esse índice, que na aparência sugere uma forte presença da atividade de pesquisa, encobre, a rigor, a sua pequena autonomia *vis-à-vis* o ensino, como será discutido na próxima seção.

(f) Finalmente, quanto à produção científica, atesta-se o seu crescimento progressivo nos últimos anos, alcançando a média anual de 0,6 artigo/professor, segundo o último relatório da Capes. Para que se avalie a produtividade do cientista social, cabe men-

cionar pesquisa similar realizada entre os físicos e relatada no trabalho, já citado, de Sérgio Rezende. Segundo se constata ali, em 1981 a publicação média foi a de 0,8 artigo/doutor, índice que se elevou, em 1991, para 1,18 artigo/doutor. Tal índice, inferior à média internacional, é considerado ainda insatisfatório pelos físicos.

No que concerne aos cientistas sociais, os índices revelam uma baixa produtividade, embora tenha de ser levado em conta o fato de que as informações compreendem o conjunto do corpo docente — vale dizer, os doutores e os não-doutores —, ao contrário dos físicos, que têm sua produtividade referida apenas à produção de doutores. Contudo, a discrepância entre os termos da comparação — *doutores*, no caso dos físicos, e *docentes*, no caso dos cientistas sociais — deve ser relativizada, pois, como se observou anteriormente, o corpo docente do sistema nacional das Ciências Sociais é composto por mais de 80% de doutores. Nesse sentido, vale a anotação de que, embora crescente, a produtividade dos cientistas sociais está aquém do desejável.

A leitura, porém, desses dados não pode ser indiferente à realidade substantiva de cada uma das áreas. Enquanto a produção dos físicos está associada a programas permanentes de pesquisa, impondo uma linha de continuidade ao seu trabalho, a baixa institucionalização da pesquisa em Ciências Sociais tem implicado uma produção descontínua, freqüentemente artesanal. Como é notório, a pesquisa entre os cientistas sociais obedece a um padrão de ciclos curtos, não sendo raros os casos em que há mudanças temáticas a cada dois anos, refletindo opções individuais mais do que uma agenda de investigação definida institucionalmente. A baixa produtividade das Ciências Sociais deve, então, ser atribuída ao padrão atual de organização e fomento da pesquisa científica na área, não se podendo ocultar o fato decisivo de que o tempo do cientista social é, em grande parte, dedicado ao ensino e à administração.

É a seguinte a produtividade do corpo docente dos centros de pós-graduação em Ciências Sociais:

**TABELA 18**  
**Produção Científica por Docente**

	Art. em Revistas Nacionais	Art. em Revistas Internacionais	Livros	Capítulo em Livros Nacionais	Capítulo em Livros Estrangeiros
1991	0,57	0,15	0,12	0,16	0,07
1992	0,53	0,16	0,16	0,27	0,08
1993	0,63	0,14	0,15	0,21	0,07

*Fonte: Dados obtidos junto à Diretoria de Avaliação da Capes, que informa a produção científica de cada curso de pós-graduação no triênio considerado. Tomou-se, então, o número de docentes de cada curso, a fim de calcular a sua produtividade média.*

#### **Concessão de Bolsas**

As bolsas de estudo e as de pesquisa concedidas pelas agências de fomento científico e de capacitação docente conhecem diversas modalidades, alcançando desde o estudante de graduação, através dos programas de iniciação científica, até o pesquisador sênior. Assim, o sistema de bolsas favorece a condução de um jovem estudante de graduação até o pós-doutoramento, em condições de dedicação exclusiva às atividades acadêmicas. Tal sistema constitui, por certo, um poderoso instrumento de democratização da atividade científica e tem sido um recurso fundamental para o recrutamento da clientela dos centros de pós-graduação.

Os dados que serão apresentados aqui, relativos à concessão de bolsas, referem-se à Capes, ao CNPq e à FAPESP. A Capes, como se sabe, oferece bolsas de estudo através de quatro diferentes programas: o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIDCT), o de Demanda Social — ambos voltados para a concessão de bolsas de mestrado e de doutorado no país — o Programa Especial de Treinamento (PET), com bolsas oferecidas aos graduandos, e, fi-

nalmente, o orientado para os estudantes que se encontram em programas de pós-graduação no exterior. O CNPq concede bolsas de formação, no país e no exterior, e bolsas de pesquisa usualmente integradas a projetos que demandam recursos adicionais. Aqui serão apresentados os dados relativos apenas às bolsas. Por último, a FAPESP concede tanto bolsas quanto auxílios à pesquisa. Os dados da FAPESP referem-se exclusivamente a bolsas de iniciação científica, aperfeiçoamento, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

#### **a) Bolsas de Formação no País Capes/PIDCT**

O programa de capacitação docente da Capes concede bolsas de mestrado e doutorado para professores, por meio das instituições de ensino a que estão vinculados. O número de bolsas de mestrado desse programa vem decrescendo ao longo dos anos, refletindo a elevação do padrão de titulação docente. Em contrapartida, tem crescido o número de bolsas de doutorado oferecidas.

TABELA 19  
Bolsas Concedidas por Ano pelo Programa PIDCT

	Mestrado	Doutorado	Especializado	Total
1989	59,0	66,0	1,0	126,0
1990	45,5	68,0		113,5
1991	47,0	64,5		111,5
1992	29,5	70,0		99,5
1993*	34,0	95,0		114,5
1994*	42,0	110,0		136,5

Fonte: Capes, 1994.

\* Para os anos de 1993 e 1994 (primeiro semestre), os dados obtidos junto à Capes referiam-se ao número de bolsistas, tanto integrais quanto parciais. Para computar o total de bolsas concedidas, considerou-se as bolsas parciais sempre equivalentes a 1/2 bolsa. Nas colunas relativas ao Mestrado e ao Doutorado manteve-se o número de bolsistas.

TABELA 20  
Bolsas por Subáreas Concedidas pelo Programa PIDCT

	Sociologia	C. Política	Antropologia
1989	88,0	13,5	24,5
1990	71,5	17,0	25,0
1991	74,0	15,0	22,5
1992	71,0	14,0	14,5
1993*	88,0	19,0	22,0
1994*	102,0	24,0	26,0

Fonte: Capes, 1994.

\* Para os anos de 1993 e 1994 (primeiro semestre), os dados apresentados referem-se ao número de bolsistas.

#### Capes/Demanda Social

O programa Demanda Social concede bolsas de mestrado e doutorado aos centros de pós-graduação que, por sua vez, repassam os valores recebidos aos seus estudantes. Comparando-se os dados desse programa com os do programa de capacitação docente, verifica-se que as bolsas de mestrado são concedidas principalmente por intermédio

de solicitação dos centros de pós-graduação, atendendo estudantes sem vínculo docente estabelecido. A obtenção de cotas de bolsas de mestrado junto à Capes constitui um expressivo aporte para a consolidação dos novos programas, pois contribui para a atração de uma clientela dedicada exclusivamente aos estudos e parece ser responsável pela baixa evasão durante o curso.

**TABELA 21**  
**Bolsas Concedidas por Ano pelo Programa de Demanda Social**

	Mestrado	Doutorado	Total
1991	390	53	443
1992	333	69	402
1993	439	91	530
1994	438	108	546

*Fonte: Dados obtidos junto à Divisão de Apoio Setorial da Capes, 1994.*

**TABELA 22**  
**Bolsas por Subárea Concedidas pelo Programa de Demanda Social**

	Sociologia	C. Política	Antropologia
1991	273	76	94
1992	241	72	89
1993	305	104	121
1994	299	118	129

*Fonte: Dados obtidos junto à Divisão de Apoio Setorial da Capes, 1994.*

#### Capes/PET

O programa atende a grupos de estudantes de graduação selecionados por um professor-orientador, que organiza atividades de estudo com o objetivo de aperfeiçoar a formação desses alunos. Em 1994, 121 bolsistas participaram desse programa.

#### CNPq

O CNPq oferece uma variedade maior de bolsas. Considera-se, aqui, como bolsas de formação apenas as de aperfeiçoamento/curso, mestrado, doutorado e pós-doutorado. As bolsas de aperfeiçoamento/pesquisa e de iniciação científica serão tratadas no item relativo às bolsas de pesquisa.

**TABELA 23**  
**Bolsas de Formação no País — CNPq**

	Aperfeiçoamento			Mestrado			Doutorado			Pós-Doutorado		
	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94
Antropologia	0	0	0	78	58	64	32	34	31	1	0	2
Arqueologia	0	0	0	4	4	4	0	0	0	0	0	0
C. Política	8	0	0	105	97	131	23	26	35	1	1	0
Sociologia	0	0	0	193	175	248	79	94	122	0	0	0
Total C. Sociais	8	0	0	380	334	447	134	154	188	2	1	2
Total C. Humanas e Sociais	61	70	131	3.309	3.003	3.785	893	948	1.157	7	8	17

Fonte: Dados obtidos junto à Coordenação de Ciências Sociais e Educação do CNPq, 1994, relativos às bolsas de formação no país. Corte na folha de pagamentos dos meses 6/93, 10/93 e 5/94.

#### FAPESP

A agência atende exclusivamente às instituições paulistas, e no que concerne às Ciências Sociais, são beneficiárias, principalmente, as universidades do estado. Entre

1991 e 1994, do total de 736 auxílios e bolsas concedidos pela FAPESP, a USP recebeu 410 (55,7%), a Unicamp 167 (22,7%), a Unesp 77 (10,5%), a PUC-SP 33 (4,5%) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) 15 (2,0%).

**TABELA 24**  
**Modalidade de Bolsas por Ano — FAPESP**

	1991	1992	1993	1994	Total
Aperfeiçoamento	2				2
Doutorado I	6	3	6	4	19
Renovação Doutorado	2	2	4	4	12
Iniciação Científica	39	41	34	42	156
Mestrado I	27	31	28	31	117
Renovação Mestrado	26	15	14	16	71
Pós-Doutorado/Brasil	1		1		2
Total	103	92	87	97	379

Fonte: Dados obtidos junto à Coordenação de Sistemas da FAPESP, 1995.



**TABELA 25**  
**Modalidade de Bolsas por Área — FAPESP**

	Sociologia e Política	Antropologia	Total
Aperfeiçoamento		2	2
Doutorado I	10	9	19
Renovação Doutorado	5	7	12
Iniciação Científica	106	50	156
Mestrado I	71	46	117
Renovação Mestrado	44	27	71
Pós-Doutorado/Brasil	2		2
Total	238	141	379

Fonte: Dados obtidos junto à Coordenação de Sistemas da FAPESP, 1995.

**TABELA 26**  
**Número de Bolsistas de Mestrado e Doutorado — Capes, CNPq e FAPESP**

	1991	1992	1993	1994
Capes*				
Mestrado	437	362,5	473	480
Doutorado	117,5	139	186	218
CNPQ**				
Mestrado			334	447
Doutorado			154	188
FAPESP				
Mestrado	53	46	42	47
Doutorado	8	5	10	8
Total				
Mestrado	490	408,5	849	974
Total				
Doutorado	125,5	144	350	414

Fonte: Dados obtidos junto à Coordenação de Ciências Sociais e Educação do CNPq, 1994; Coordenação de Sistemas da FAPESP, 1995; Capes, 1994.

\*Os dados da Capes para 1991 e 1992 referem-se ao número de bolsas e, para 1993 e 1994, ao número de bolsistas.

A Tabela 26 consolida as informações relativas a cada uma das agências que concedem bolsas de formação, permitindo uma avaliação do índice de estudantes da pós-graduação que têm acesso a esse benefício. Como se pode observar, foi concedido um total de 849 bolsas de mestrado e 350 bolsas de doutorado em 1993. Caso se compare esses números com as informações relativas ao ingresso de novos alunos nos cursos de mestrado e de doutorado (Tabela 9), comprova-se que a quase totalidade dos mestrandos foi beneficiada com bolsas (93%). Para o doutorado o índice obtido é um pouco inferior (72%), devendo-se levar em conta, entretanto, que uma parte desses estudantes é constituída por docentes, impedidos de pleitear o benefício.

Os índices de concessão de bolsas não foram calculados com base no total de estudantes matriculados nos cursos, pois esses estudantes permanecem ali, em geral, mais tempo do que o previsto. Por esta razão, tomou-se como referência o ingresso de novos alunos durante os anos correspondentes à duração das bolsas de mestrado e de doutorado — dois e quatro anos, respectivamente. Assim, 912 estudantes de mestrado estariam em condições de receber bolsas em 1993, total obtido pela soma de ingressos em 1993 (441 alunos) e 1992 (471 alunos), estes últimos, no segundo ano do curso. Para o doutorado, 484 estudantes estariam em condições de receber bolsas em 1993, resultante da soma dos ingressos em 1993 (147), em 1992 (122), em 1991 (115) e mais uma estimativa de 100 novos alunos em 1990, acompanhando a média da década (ver Tabela 9).

b) Bolsas de Formação no Exterior  
Capes

A concessão de bolsas de mestrado no exterior encontra-se reduzida a um padrão residual, não merecendo, portanto, destaque. Considerando-se ser de quatro anos a

duração do doutorado, tem-se, por ano, aproximadamente 12 novos estudantes no exterior.

TABELA 27

Número de Bolsas por Tipo (1991-94)

Tipo	N.º
Congressos	5
Mestrado	3
Doutorado	50
Pós-Doutorado	21
Sanduíche	17
Especialização	3

Fonte: Divisão de Bolsas e Auxílios no Exterior da Capes/MEC, 1994.

TABELA 28

Número de Bolsas por Ano de Início

Ano	N.º
1994	28
1993	27
1992	20
1991	24
Total	99

Fonte: Divisão de Bolsas e Auxílios no Exterior da Capes/MEC, 1994.

CNPq

As bolsas de pós-graduação no exterior concedidas pelo CNPq concentram-se nos cursos de doutorado, alcançando o total de 50 bolsas pagas em maio de 1994. Dada a permanência de quatro anos no exterior, e mantido o atual patamar de concessão de bolsas, calcula-se a admissão anual de aproximadamente 12 novos bolsistas.

**TABELA 29**  
**Bolsas de Formação no Exterior**

	Estágio Sênior			Aperfeiçoamento			Doutorado			Pós-Doutorado			Sanduíche			Mestrado		
	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94
Antropologia	0	0	0	0	0	0	12	15	14	1	1	1	1	3	4	0	0	0
Arqueologia	0	0	0	0	0	0	4	4	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0
C. Política	0	0	0	0	0	0	9	10	11	1	2	2	1	2	1	0	0	0
Sociologia	0	0	0	0	0	0	15	18	22	1	1	2	0	0	2	0	0	0
Total C. Sociais	0	0	0	0	0	0	40	47	50	3	4	5	2	5	8	0	0	0
Total C. Hum. e Sociais	1	2	3	0	1	3	339	427	439	13	29	40	20	45	65	8	8	3

Fonte: Coordenação de Ciências Sociais e Educação do CNPq, 1994.  
Corte na folha de pagamentos do CNPq relativo aos meses 6/93, 10/93 e 5/94.

#### FAPESP

A concessão, pela FAPESP, de bolsas de pós-graduação no exterior é inexpressiva, concentrando-se os benefícios no pós-doutoramento.

**TABELA 30**  
**Modalidade de Bolsas por Ano**

	1991	1992	1993	1994	Total
Pós-Doutorado no Exterior		4	14	13	31
Pós-Graduação no Exterior			1	1	2

Fonte: Dados obtidos junto à Coordenação de Sistemas da FAPESP, 1995.

**TABELA 31**  
**Modalidade de Bolsas por Área**

	Soc. e Política	Antropologia	Total
Pós-Doutorado no Exterior	16	15	31
Pós-Graduação no Exterior	1	1	2

Fonte: Dados obtidos junto à Coordenação de Sistemas da FAPESP, 1995.

As tabelas relativas às três agências demonstram que a demanda por doutoramento no exterior tem sido bastante inferior àquela verificada para os cursos no país. Entre 1991 e 1994 foram 50 as bolsas concedi-

das pela Capes aos doutorandos no exterior (Tabela 27) e 50 as bolsas do CNPq com a mesma finalidade (Tabela 29). A FAPESP tem apresentado uma média anual de uma única bolsa concedida a doutorandos (Tabela 30). Esses dados indicam uma marca anual de cerca de 25 novos bolsistas em cursos de doutoramento no exterior.

Também é surpreendentemente limitado o número de bolsas-sanduíche concedidas anualmente — entre 10 e 15 (Tabelas 27 e 29) —, apesar da ênfase com que as agências de fomento a têm recomendado como complemento à formação do doutor. Dada a preferência do estudante brasileiro pelo doutoramento no país, a bolsa-sanduíche passa a ser, então, a única possibilidade de exposição do doutorando a centros de excelência no exterior.

#### c) Bolsas de Pesquisa no País

As bolsas de pesquisa concedidas pelo CNPq não se referem exclusivamente a projetos em andamento nas universidades,

abrangendo também instituições de pesquisa não-universitárias. No entanto, com a finalidade de produzir apenas uma estimativa, vale considerar que essas bolsas de pesquisa — 197, em maio de 1994 (Tabela 32) — foram pagas aos doutores atuantes nos centros de pós-graduação. Assim, alcança-se aproximadamente um índice de 30% daqueles 642 doutores referidos na Tabela 12 (não titulados exclusivamente em Ciências Sociais) recebendo bolsas de pesquisa do CNPq em 1994.

O total de bolsas de aperfeiçoamento/pesquisa pagas pelo CNPq também se constitui em um indicador do número de projetos em andamento, pois tais bolsas remuneram assistentes de pesquisa. Em maio de 1994 foram percebidos 116 auxílios dessa natureza, o que representa 16% do total de bolsas pagas às Ciências Humanas e Sociais (Tabela 33). Chama a atenção, nesse caso, a natureza artesanal e individual da pesquisa em Ciências Sociais, uma vez que, dos 197 doutores que desenvolvem projetos de investigação, deduz-se que 81 o fazem sem o concurso de auxiliares de pesquisa.

**TABELA 32**  
**Bolsas de Pesquisa no País**

	Pesquisa Normal			Desenvolv. Científico Regional			Recém-Doutor			Pesquisador Aposentado*			Pesquisador Associado			Pesquisador Visitante Nacional			Pesquisador Visitante Estrangeiro		
	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94
Antropol.	47	59	58	0	2	2	0	2	3	5	6	4	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Arqueol.	7	9	10	0	0	0	0	0	0	2	2	1	2	2	3	0	0	0	0	0	0
C. Política	28	37	34	0	0	1	0	0	3	4	4	3	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Sociologia	68	94	95	0	0	0	0	0	6	4	4	1	1	1	1	0	1	1	2	3	4
Total C. Hum. e Sociais	1.006	1.306	1.318	13	21	24	13	21	85	59	76	60	6	9	16	6	11	19	5	7	9

Fonte: Coordenação de Ciências Sociais e Educação do CNPq, 1994.

\*As bolsas de pesquisador aposentado foram extintas no final do ano de 1993, mantendo-se, entretanto, os bolsistas no sistema até o término do prazo de validade das suas concessões.

TABELA 33  
Bolsas de Aperfeiçoamento/Pesquisa e de Iniciação Científica

	Aperfeiçoamento/Pesquisa			Iniciação Científica*		
	6/93	10/93	5/94	6/93	10/93	5/94
Antropologia	31	35	35	58	82	83
Arqueologia	18	16	17	21	30	27
C. Política	23	27	24	33	45	44
Sociologia	35	40	40	84	118	112
Total C. Sociais	107	118	116	196	275	266
Total C. Hum. e Sociais	613	796	744	1.440	1.913	1.768

Fonte: Coordenação de Ciências Sociais e Educação do CNPq, 1994.

\* Não inclui PIBIC.

Como se pode observar, os dados sobre bolsas de formação e pesquisa apresentados não incluem os recursos provenientes das diferentes fundações estaduais de amparo à pesquisa criadas na esteira das alterações introduzidas pela Constituição de 1988 — as FAPs. Decerto, a ação dessas fundações deve elevar aqueles números, comprovando sua relevância estratégica para a institucionalização da ciência e da pesquisa no país. Pode-se até dizer que, nos centros periféricos — onde vêm surgindo as pós-graduações de temática especializada —, uma das melhores possibilidades de comprometimento das ciências, em geral, e dos cientistas sociais, em particular, com a agenda da democratização social está relacionada com a criação dessas fundações. Exemplos disso podem ser vistos nos programas das secretarias de Ciência e Tecnologia dos estados do Ceará<sup>2</sup> e de Pernambuco.

### A Pesquisa

Os dados sobre as atividades de pesquisa na área de Ciências Sociais foram extraídos do *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil*, publicação recente do CNPq (1994). Como reconhecem seus organizadores, os

números que constam desse *Diretório* estão subestimados — o próprio Laboratório de Sociologia dos Intelectuais e Institucionalização da Ciência não consta ali, embora tenham sido enviadas ao CNPq as informações solicitadas. Mesmo incompleto, o *Diretório* é, hoje, a melhor fonte sobre a pesquisa científica no país.

Os dados coligidos pelo CNPq foram obtidos por intermédio dos dirigentes das instituições de ensino e pesquisa, que enviaram informações sobre os grupos de pesquisa em funcionamento. A responsabilidade pelo fornecimento dos dados coube aos líderes desses grupos, os quais deveriam indicar o nome e a titulação dos seus integrantes, discriminando as linhas de pesquisa desenvolvidas e as especialidades do conhecimento em que estavam inscritas.

As disciplinas que integram as Ciências Sociais — Arqueologia, Antropologia, Ciência Política e Sociologia — desdobram-se em diversas rubricas, segundo a Tabela 34. Note-se que as especialidades Sociologia da Educação, Antropologia da Educação e Sociologia Jurídica não estão incluídas na área das Ciências Sociais, e sim, segundo o CNPq, nas subdivisões da Educação e do Direito.

TABELA 34  
Grupos de Pesquisa

---

Arqueologia

Arqueologia Histórica  
Arqueologia Pré-Histórica  
Teoria e Método em Arqueologia

---

Antropologia

Antropologia das Populações Afro-Brasileiras  
Antropologia Rural  
Antropologia Urbana  
Etnologia Indígena  
Teoria Antropológica

---

Ciência Política

*Comportamento Político*  
Atitudes e Ideologias Políticas  
Classes Sociais e Grupos de Interesse  
Comportamento Legislativo  
Conflitos e Coalizões Políticas  
Estudos Eleitorais e Partidos Políticos

*Estado e Governo*  
Estrutura e Transformação do Estado  
Estudos do Poder Local  
Instituições Governamentais Específicas  
Relações Intergovernamentais  
Sistemas Governamentais Comparados

*Política Internacional*  
Integração Internacional, Conflito, Guerra e Paz  
Organizações Internacionais  
Política Externa do Brasil  
Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais

*Políticas Públicas*  
Análise do Processo Decisório  
Análise Institucional  
Técnicas de Antecipação

*Teoria Política*  
Teoria Política Clássica  
Teoria Política Contemporânea  
Teoria Política Medieval  
Teoria Política Moderna

---

Sociologia

*Fundamentos da Sociologia*  
História da Sociologia  
Teoria Sociológica

*Outras Sociologias Específicas*  
Sociologia da Saúde  
Sociologia do Conhecimento  
Sociologia do Desenvolvimento  
Sociologia Rural  
Sociologia Urbana

---

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.



Neste artigo, o critério utilizado para a inclusão de um grupo de pesquisa na área de Ciências Sociais foi a mera indicação do exercício de atividade em qualquer uma das especialidades do conhecimento listadas acima. Da leitura dos dados do *Diretório* depreende-se a natureza heterogênea dos grupos de pesquisa referidos ali. Alguns deles, além de diminutos, não contam sequer com a presença de um doutor; outros são tão numerosos que dificilmente devem ser considerados como um grupo de pesquisa, sugerindo mais a existência de um departamento com um propósito geral comum. Os vínculos dos grupos com as Ciências Sociais também variam muito: há grupos efetivamente vocacionados para investigações na área e outros que manifestam um interesse marginal pelo objeto das Ciências Sociais.

Essa heterogeneidade não deixa de ser muito expressiva, retratando dois aspectos fundamentais: a baixa institucionalização da pesquisa, quando comparada à do sistema de ensino, e o elevado padrão de interdisciplinaridade das pesquisas em Ciências Sociais.

#### *A Baixa Institucionalização da Pesquisa*

Ao contrário do sistema de ensino pós-graduado — que dispõe de mecanismos de avaliação dos programas e subordina a essa avaliação o acesso às bolsas de formação e a outros recursos destinados ao seu aprimoramento —, a pesquisa em Ciências Sociais ainda não conhece mecanismos institucionais semelhantes. No caso, vale ressaltar que a iniciativa do CNPq em produzir o *Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa* pode constituir-se no embrião de uma política de avaliação sistemática da pesquisa realizada no país.

O financiamento à pesquisa opera, quase exclusivamente, segundo o sistema de “balcão”. Como se sabe, os projetos são apresentados às agências de fomento, avaliados por consultores e submetidos à apreciação final de comitês assessores, especializados na área de conhecimento do projeto. A aprovação dos projetos está condicionada ao exame de suas qualidades acadêmicas e ao

reconhecimento da capacitação de seus proponentes para realizar o empreendimento. A rigor, inexistente uma política que estabeleça critérios de prioridade para a alocação dos recursos.

O sistema de “balcão”, aliado à crônica escassez de recursos, contribui para que os grupos de pesquisa tenham muitas vezes um caráter efêmero. A origem universitária da esmagadora maioria dos grupos conduz, frequentemente, a contextos de pesquisa mais próximos da lógica do ensino e dos objetivos de carreira docente do que, propriamente, da pesquisa sistemática. Na verdade, muitos dos grupos de pesquisa ocultam a atuação de um grupo de estudo, em mais uma manifestação da prevalência do ensino sobre a pesquisa.

São 44 instituições a abrigar os 240 grupos de pesquisa com atividade na área de Ciências Sociais. Dessas instituições, 32 são universidades ou centros de ensino superior isolados (73%), abrigando 213 grupos (87%); cinco são centros de pesquisa com inscrição principal na área de Ciências Sociais, reunindo 17 grupos; e sete são centros de pesquisa com atividade em outras áreas do conhecimento, perfazendo um total de dez grupos (Tabela 35).

A existência de grupos de pesquisadores sociais em instituições científicas de outra natureza deve ser sublinhada. O papel do cientista social como intérprete *em geral* da sociedade brasileira parece ver-se confirmado pela própria comunidade científica, que se tem aberto — como nos casos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (Embrapa) e do Museu de Astronomia — a pesquisas típicas das Ciências Sociais. Assim, a incorporação, ali, dos profissionais das disciplinas que compõem a área — em particular quando são mobilizados para estudar a história desses centros e da constituição científica dos seus objetos — vem atendendo às necessidades de legitimação da própria idéia de ciência no Brasil. A Tabela 35 apresenta a distribuição dos grupos de pesquisa pelas instituições da área de Ciências Sociais e fora dela.

**TABELA 35**  
**Instituições que Abrigam Grupos de Pesquisa com Atividade**  
**na Área de Ciências Sociais: Número de Grupos**

	Instituição	Grupos	%
<b>1. Universidades e Outras</b>			
<i>Instituições de Ensino Superior</i>			
1.1	Universidades Públicas		
	(U. Est. Londrina)	UEL	1
	(U. Est. Rio de Janeiro)	UERJ	9
	(U. F. Bahia)	UFBA	8
	(U. F. Ceará)	UFC	4
	(U. F. Fluminense)	UFF	12
	(U. F. Goiás)	UFG	3
	(U. F. Maranhão)	UFMA	1
	(U. F. Minas Gerais)	UFMG	4
	(U. F. Mato Grosso do Sul)	UFMS	1
	(U. F. Mato Grosso)	UFMT	3
	(U. F. Paraíba)	UFPB	8
	(U. F. Pernambuco)	UFPe	10
	(U. F. Paraná)	UFPR	2
	(U. F. Rio Grande do Sul)	UFRGS	17
	(U. F. Rio de Janeiro)	UFRJ	19
	(U. F. Rio Grande do Norte)	UFRN	2
	(U. F. Rural Rio de Janeiro)	UFRRJ	1
	(U. F. Santa Catarina)	UFSC	11
	(U. F. São Carlos)	UFSCar	1
	(U. F. Santa Maria)	UFSM	2
	(U. F. Viçosa)	UFV	2
	(U. de Brasília)	UnB	14
	(U. Est. de São Paulo)	UNESP	7
	(U. Est. Campinas)	UNICAMP	17
	(U. de São Paulo)	USP	26
1.2	Outras Universidades e Instituições de Ensino		
	Pont. Univ. Cat. Rio	PUC-Rio	5
	Pont. Univ. Cat. RS	PUC-RS	4
	Pont. Univ. Cat. SP	PUC-SP	9
	(U. Vale dos Sinos)	UNISINOS	5
	(U. Taubaté)	UNITAU	1
	(Escola Paul. Medicina)	EPM	1
	(Inst. Univ. Pesq. Rio de Janeiro)	IUPERJ	3
<b>2. Centros de Pesquisa</b>			
2.1	Centros de Pesquisa da Área de Ciências Sociais		
	(Centro Br. An. e Planej.)	CEBRAP	3
	(F. Casa José Américo/PB)	FCJA	1
	(F. Getúlio Vargas/RJ)	FGV	6
	(F. Joaquim Nabuco)	FUNDAJ	3
	(Museu Paraense E. Goeldi)	MPEG	4
2.2	Centros de Pesquisa de Ciências da Natureza e da Saúde		
	(Centro Tecn. Mineral/RJ)	CETEM	1
	(C. Nac. Pesq. Trigo/RS)	EMBRAPA	1
	(Fundação Oswaldo Cruz)	FIOCRUZ	3
	(F. Seg. Med. Trabalho/SP)	FUNDACEN	1
	(Inst. Tecn. Alimentos/SP)	ITAL	1
	(Lab. Nac. de Computação Científica)	LNCC	1
	(Museu Astronomia)	MAST	2
	<b>TOTAL</b>		<b>240</b>
			<b>100,0</b>

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.

Os dados relativos ao número de doutores e pesquisadores que compõem os grupos de pesquisa permitem definir o perfil médio desses grupos: uma equipe de dois a cinco pesquisadores, com a participação de um ou dois doutores — aproximadamente 60% dos grupos têm esse perfil (Tabela 36). Usualmente são grupos liderados por pesquisadores universitários, que agregam colaboradores à medida que dispõem de recursos para o desenvolvimento de projetos. Tendo-se presente que o CNPq, em junho de 1994, pagava 197 bolsas de pesquisa na área de Ciências Sociais, e que são 663 os doutores participantes dos grupos de pesquisa listados no *Diratório*, é plausível admitir que uma parcela significativa desses pesquisadores conta com recursos do CNPq.

**TABELA 36**  
**Grupos de Pesquisa Segundo o Número de Doutores**

Número de Doutores	Grupos	%
0	19	7,9
1	79	32,9
2	50	20,8
3	36	15,0
4	15	6,3
5	14	5,8
6 - 10	21	8,8
11 - 20	8	3,3
Total	240	100,0

Fonte: *Diratório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

A distribuição dos grupos de pesquisa pelos estados da Federação (Tabela 39) atribui uma posição singular ao Rio de Janeiro e a São Paulo, com 129 grupos estabelecidos — mais da metade do total. É digno de nota o fato de existir no Rio de Janeiro praticamente o mesmo número de grupos que em São Paulo, apesar de a institucionalização universitária das Ciências Sociais ser bem mais recente no Rio.

**TABELA 37**  
**Grupos de Pesquisa Segundo o N.º de Pesquisadores**

Número de Pesquisadores	Grupos	%
1	32	13,3
2	29	12,1
3	44	18,3
4	25	10,4
5	23	9,6
6	17	7,1
7	18	7,5
8	5	2,1
9	15	6,3
10 - 15	20	8,3
16 - 28	12	5,0
Total	240	100,0

Fonte: *Diratório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

**TABELA 38**  
**Pesquisadores dos Grupos Segundo a Titulação**

Titulação	N.º
Doutores	663
Mestres	442
Graduados	196
S/informação	12
Total	1.313

Fonte: *Diratório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

**TABELA 39**  
**Distribuição dos Grupos de Pesquisa por Estado**

Estado	Grupos	%
BA	8	3,3
CE	4	1,7
DF	14	5,8
GO	3	1,3
MA	1	0,4
MG	6	2,5
MS	1	0,4
MT	3	1,3
PA	4	1,7
PB	9	3,8
PE	13	5,4
PR	3	1,3
RJ	62	25,8
RN	2	0,8
RS	29	12,1
SC	11	4,6
SP	67	27,9
Total	240	100,0

Fonte: *Diratório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

**Especialidades das Ciências Sociais e Padrão de Interdisciplinaridade**

Das disciplinas que compõem as Ciências Sociais, a Sociologia participa das atividades de pesquisa de 50% dos grupos, a Antropologia, de 37%, a Ciência Política, de 35%, e a Arqueologia, de 9%. A indicação das áreas do conhecimento em que estão inscritas as linhas de pesquisa foi atribuída aos líderes dos grupos. Há situações em que o assinalamento de especialidades classificadas entre as Ciências Sociais caracteriza, visivelmente, um interesse secundário. Esse é o caso de alguns grupos de pesquisa em ciências da saúde, desenvolvimento tecnológico e engenharia de meio ambiente, cujas linhas de pesquisa interagem apenas marginalmente com as Ciências Sociais.

Descontados esses grupos em que o objeto das Ciências Sociais se apresenta como de interesse secundário, é muito expressivo o padrão de interdisciplinaridade observado na ação dos grupos de pesquisa. Tal fato pode ser entendido como um indicador da atração que a análise sociológica exerce sobre outras áreas de investigação, no mais das vezes com uma história institucional distante das Ciências Sociais.

As tabelas que se seguem apresentam a distribuição dos grupos de pesquisa pelas diversas especialidades das Ciências Sociais, de acordo com a classificação do CNPq. Importa notar que cada grupo pode se fazer representar, simultaneamente, em diferentes áreas de especialização e que, por esse critério, um pouco mais da metade dos grupos assinalou atividade no âmbito da Sociologia.

**TABELA 40**

**Número de Grupos de Pesquisa que Assinalaram Atividade em Alguma Especialidade Classificada pelo CNPq, no âmbito da Sociologia, da Antropologia, da C. Política e da Arqueologia**

	Grupos	%
Sociologia	121	50,4
Antropologia	88	36,7
C. Política	85	35,4
Arqueologia	21	8,8

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

**TABELA 41**

**Especialidades da Sociologia Assinaladas pelos Grupos de Pesquisa\***

Especialidades	Grupos
Sociologia	3
Fundamentos da Sociologia	11
Outras Sociologias Específicas	57
Sociologia da Saúde	11
Sociologia do Conhecimento	16
Sociologia do Desenvolvimento	27
Sociologia Rural	25
Sociologia Urbana	38
Não Assinalaram Sociologia	119

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

\*Sociologia da Educação e Sociologia Jurídica não participam da área de Sociologia.

**TABELA 42**

**Especialidades da Ciência Política Assinaladas pelos Grupos de Pesquisa\***

Especialidades	Grupos
Ciência Política	1
Comportamento Político (1)	39
Estado e Governo (2)	21
Política Internacional (3)	10
Políticas Públicas (4)	40
Teoria Política (5)	9
Não Assinalaram C. Política	155

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

\*As subáreas da Ciência Política assinaladas acima incluem as subdivisões do Tabela 34.

**TABELA 43**

**Especialidades da Antropologia Assinaladas pelos Grupos de Pesquisa**

Especialidades	Grupos
Antropologia	10
Ant. das Pop. Afro-Brasileiras	9
Antropologia Rural	23
Antropologia Urbana	41
Etnologia Indígena	17
Teoria Antropológica	30
Não Assinalaram Antropologia	152

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

**TABELA 44**  
**Especialidades da Arqueologia Assinaladas**  
**pelos Grupos de Pesquisa**

Especialidades	Grupos
Arqueologia	2
Arqueologia Histórica	12
Arqueologia Pré-Histórica	17
Teoria e Método em Arqueol.	7
Não Assinalaram Arqueologia	219

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

Comparando-se as disciplinas que integram as Ciências Sociais, observa-se que a Sociologia exibe o mais elevado índice de grupos de pesquisas interdisciplinares, interagindo com áreas do conhecimento não pertencentes às Ciências Humanas e Sociais (27%) (Tabela 46). Segue-se a ela a Ciência Política, com o índice de 21%. A Antropologia e a Arqueologia exibem o menor índice de atividade interdisciplinar (19% e 14%, respectivamente) e assinalam também o mais elevado percentual de interesse por pesquisas de caráter teórico, conforme as Tabelas 43 e 44.

**TABELA 45**  
**Grupos que Assinalaram Linhas de Pesquisa Também Classificadas**  
**em Outras Especialidades do Conhecimento**

Área de Ciências Humanas e Sociais	N.º	%
História	48	20,0
Educação e Ciências da Informação	40	16,7
Economia e Administração	38	15,8
Comunicação, Museologia, Artes, Letras, Linguística	35	14,6
Geografia e Demografia	25	10,4
Psicologia e Serviço Social	20	8,3
Planejamento Urbano e Reg. ou Arquitetura e Urbanismo	19	7,9
Filosofia e Teologia	18	7,5
Direito	6	2,5
<i>Outras Áreas</i>	50	20,8

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

**TABELA 46**  
**Padrão de Interdisciplinaridade das Disciplinas de Ciências Sociais com**  
**Especialidades do Conhecimento não Pertencentes às Ciências Humanas e Sociais**

	Grupos não- Interdisciplinares	Total de Grupos	%
Sociologia	88	121	73
Ciência Política	67	85	79
Antropologia	71	88	81
Arqueologia	18	21	86

Fonte: *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq, 1994.*

Os dados do *Directorio* permitem uma reflexão sobre a pesquisa em Ciências Sociais no Brasil e suas possibilidades de desenvolvimento.

Ao longo deste texto foi enfatizado o elevado grau de institucionalização do ensino de Ciências Sociais no país, visando-se demonstrar que a continuada expansão desse sistema encontra, hoje, barreiras no âmbito da docência universitária. Assim, o impulso afirmativo que levou as Ciências Sociais no Brasil a ocupar o lugar relevante que têm não poderá ser reproduzido à base da dinâmica originária que as trouxe até aqui. A confirmação dos cientistas sociais como um novo personagem da vida intelectual e científica depende de iniciativas capazes de estabelecer um — também novo — padrão de interação entre eles e os interesses e atores emergentes na sociedade brasileira. Sumariamente: depende da formulação de políticas públicas de fomento à investigação científica que associem as linhas de pesquisa à agenda da democratização social.

O sistema de financiamento à pesquisa atualmente em vigor tem a vantagem de evitar o controle oligárquico dos recursos disponíveis. O seu lado negativo, porém, está no padrão errático que preside a distribuição desses recursos entre os grupos de pesquisadores. O financiamento descontinuado e pouco previsível vem transformando a atividade de pesquisa em um mero complemento à prática docente, o que não favorece a institucionalização científica.

Seria incorreto, entretanto, concluir esse argumento com a proposta de imposição, “por cima” e arbitrariamente, de uma agenda de pesquisas ao conjunto dos cientistas sociais e, tão grave quanto isso, de restringir o acesso a recursos aos grupos atualmente

constituídos. A acumulação ainda insuficiente da prática da pesquisa científica está a indicar que se deve optar por um cenário aberto à competição entre grupos de pesquisa. Com o tempo, e a partir das informações que serão anualmente inventariadas pelo *Directorio dos Grupos de Pesquisa no Brasil*, poderão vir a ser identificados os grupos com efetiva vocação para a pesquisa e selecionadas aquelas orientações temáticas que encontrarem maior sustentação na comunidade científica e na sociedade.

Um outro tipo de estratégia — não alternativa, mas complementar — poderá ser a da reunião de centros de pesquisa, sob a iniciativa das agências de fomento científico, em torno de objetos tidos como relevantes.

Um exemplo nessa direção foi dado recentemente pela Finep, que convocou cientistas sociais especialistas na questão urbana para a elaboração de uma agenda de pesquisas orientada para a consecução de políticas sociais reparadoras. Como foi mencionado anteriormente, as agências estaduais de financiamento à pesquisa — as FAPs — são particularmente adequadas para o desenvolvimento de iniciativas dessa natureza.

A combinação dessa estratégia com o estabelecimento de um sistema de avaliação e financiamento da pesquisa entrevistado pela recente elaboração do *Directorio* pode se constituir em incentivo para uma efetiva institucionalização da pesquisa, oferecendo condições para a estabilização dos grupos, a diversificação das fontes de financiamento e a necessária associação entre as Ciências Sociais e os interesses da sociedade.

(Recebido para publicação  
em julho de 1995)

#### Notas

1 Cabe mencionar, entretanto, alguns títulos da produção mais recente que contribuíram para a formulação da pesquisa: Figueiredo (1988); Miceli (1989), Schwartzman (1991); Bomeny e Birman (1991); Lahuerta (1992); Tavares de Almeida (1992); Villas Bôas (1992) e Aguiar (1995).

2 Ver, a propósito, Holanda (1994).



## Bibliografia

- Aguiar, Neuma  
1995 *Brazilian Sociology: Trends and Challenges*. Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo.
- Bomeny, Helena e Birman, Patrícia (orgs.)  
1991 *As Assim Chamadas Ciências Sociais: Formação do Cientista Social no Brasil*. Rio de Janeiro, UERJ/Relume Dumará.
- CNPq  
1994 *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Vol. III, Ciências Humanas e Sociais*. Brasília, CNPq/MCT.
- Figueiredo, Marcus  
1988 "O Financiamento das Ciências Sociais: A Estratégia de Fomento da Fundação Ford e da Finep, 1968-1985". *BIB*, n.º 26.
- Holanda, Ariosto  
1994 *O Desafio da Educação, Ciência e Tecnologia e os Mecanismos da Geração de Trabalho*. Brasília, Câmara dos Deputados, mimeo.
- Lahuerta, Milton  
1992 *Elitismo, Autonomia, Populismo: Os Intelectuais na Transição dos Anos 40*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp.
- Miceli, Sergio (org.)  
1989 *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice.
- Rezende, Sérgio  
1993 *Avaliação da Área e Proposições para a Física no Brasil*. São Paulo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas.
- Schwartzman, Simon  
1991 "Changing Roles of New Knowledge: Research Institutions and Societal Transformations in Brazil". In Wagner, P. et al., *Social Sciences and Modern States*, Nova York, Cambridge University Press.
- Tavares de Almeida, Maria Hermínia  
1992 *Tomando Partido, Formando Opinião*. São Paulo, Sumaré.
- Villas Bôas, Gláucia  
1992 *A Vocação das Ciências Sociais (1945/64). Um Estudo da sua Produção em Livro*. Tese de doutorado, São Paulo, USP.
- Werneck Vianna, Luiz; Carvalho, Maria Alice Rezende de e Melo, Manuel Palacios Cunha  
1994 "Cientistas Sociais e Vida Pública — O Estudante de Graduação em Ciências Sociais". *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 37, n.º 3.